

A carroça atolada

José Neumanne

JORNAL DA TARDE

Os parlamentares mais experientes consideram o Congresso Nacional uma cruel máquina de moer tempo. Trabalha-se, sem muito descanso, participa-se de muitas reuniões durante o dia, mas, quando chega a noite e bate o cansaço, a impressão, não apenas do público externo mas também dos próprios congressistas, é de que nada — ou, pelo menos, muito pouca coisa — foi feito.

Para explicar essa engenhoca misteriosa, que exige muito suor, dá pouco resultado e fabrica algo de pouca utilidade, existem vários motivos. O principal deles é que o Congresso Nacional não espelha — ao contrário do que pensam muitas pessoas — a sociedade por ele representada. O sistema eleitoral distorcido — com voto proporcional e bancadas desproporcionais dos Estados no plenário da Câmara — é o principal responsável por essa raiz da crise de representatividade, refletida na máquina de moer tempo, capaz de consumir muito suor, mas gerar frutos mirrados.

No entanto, além dessa causa, já muito discutida, existe outra, mais atual e menos percebida. Trata-se da inadequação do sistema parlamentar brasileiro à nova realidade, implantada no mundo contemporâneo pela Terceira Revolução Industrial. Na era das espaçonaves, o Congresso Nacional funciona como uma carroça, para usar uma expressão do gosto do presidente da República.

A verdade nua e crua é que o quadro funcional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal — um contingente cujas fartas dimensões podem ser medidas por quem quer que percorra seus corredores nos dias normais de expediente — é fruto de um mundo que não existe mais e está em ruínas, ou melhor, soterrado sob a dinâmica de um universo novo e diferente. O quadro funcional do Congresso foi montado a partir da lógica do compadrio, que presidiu o Estado brasileiro, desde seu embrião, no Império e na República Velha, mas, principalmente, a partir de seu surgimento como tal, após o golpe de 1937.

Não existe, propriamente, uma assessoria técnica para os parlamentares, como ocorre em outras democracias mais avançadas. O quadro funcional do Poder Legislativo brasileiro é, fundamentalmente, formado por parentes e protegidos dos próprios parlamentares. O nepotismo é uma prática tão comum no parlamento que o deputado Nilson Gibson chegou a defender a prática, da forma mais desabrida e até cínica, em artigo assinado na revista *Veja*, algumas semanas atrás.

Mas, se o nepotismo é um problema sério, uma distorção, entre tantas, na composição do quadro funcional do Congresso, é preciso reconhecer não ser uma singularidade parlamentar. O Poder Executivo o pratica há muito tempo e não se pode eximir o Judiciário desse pecado. O problema é que, com as chaves do cofre, o Poder Executivo mantém os parentes e apaniguados, mas tem poder para contratar os técnicos necessários para sua assessoria, no momento da tomada de decisões. O Poder Legislativo é desarmado até por esse ponto de vista, pois se falar numa assessoria

técnica, capaz de acompanhar as decisões e iniciativas vindas do outro lado da Praça dos Três Poderes, seria, certamente, um exagero imperdoável.

Nos velhos tempos da República rural do café com leite, na industrialização neofordista de Getúlio Vargas, e mesmo sob a égide do desenvolvimento de JK, essa inadequação do quadro funcional do Poder Legislativo às exigências de conhecimento técnico do mundo contemporâneo não era tão evidente. Mas, agora, em plena era da Informática, no momento em que já se fala numa "tecnologia da compreensão", ela é, simplesmente, fatal. Com seu humor sarcástico habitual, o então senador, e hoje deputado federal, Roberto Campos (PDS-RJ), observou, com muita argúcia, não ser possível um constituinte decidir sobre um assunto da importância da reserva de mercado para os produtos da Informática fabricados no Brasil, se eles não eram, sequer, capazes de manejar um computador.

As palavras de Campos podem ser, até mesmo, entendidas como uma espécie de fábula para o problema atual da democracia brasileira. Pois as decisões legislativas sobre tecnologias altamente sofisticadas, num mundo inteiramente revolucionário em matéria de organização gerencial, estão sendo tomadas por pessoas que não têm acesso ao mínimo de informação a respeito de tais temas. A verdade, sem a pretensão de se ferir alguma suscetibilidade, é que a democracia brasileira não tem os devidos instrumentos técnicos para incluir o País no mundo competitivo e impiedoso, no qual os espaços comerciais são disputados na guerra pela manipulação da tecnologia melhor, mais barata e mais rápida.

Na perseguição do conhecimento necessário para a tomada de decisões ágil, sem a qual o Brasil não terá jamais ingresso no Primeiro Mundo, a assessoria técnica de que dispõe o Poder Legislativo é um Ford "bigode" querendo disputar uma corrida de Fórmula-1 com os bólidos imbatíveis de Frank Williams. Mas não se trata apenas de um problema do parlamento. Da mesma forma, não se pode afirmar ser a burocracia federal brasileira profissionalizada a ponto de se poder falar na implantação imediata do sistema parlamentar de governo, como pretendem os parlamentaristas de ocasião.

Um sistema parlamentar de governo só pode funcionar se não houver a tragédia da modificação dos quadros burocráticos de segundo escalão a cada crise de gabinete. Isso, no Brasil, evidentemente, é uma ficção. Da mesma forma, não pode ser considerado um gesto de responsabilidade extrema entregar o poder de governo a um parlamento que nem sequer dispõe de adequada assessoria técnica. Antes de se tomar esse tipo de decisão, é preciso meditar um pouco sobre a questão da profissionalização da burocracia federal e da assessoria técnica parlamentar. Senão, não restará alternativa ao afogamento no pântano da miséria, onde se atolam as carroças dos países pobres no rico mundo dos chips.

José Neumanne é jornalista e escritor